

# Motta proíbe comissões em decisão polêmica

Oposição alega que recesso não é oficial por causa da LDO

Por Gabriela Gallo

O presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), suspendeu nesta terça-feira (22), realização de reuniões de comissões na Casa até o final do recesso parlamentar na Casa, em 1º de agosto. Aliados de Jair Bolsonaro planejavam sessões das comissões que presidem para manter o foco político da defesa do ex-presidente.

Com a determinação, Motta virou alvo de críticas de congressistas da oposição, que passaram a criticá-lo e acusá-lo de ser conivente com as decisões cautelares do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes, e de tentar prejudicar a direita.

Pouco antes da decisão de Motta, a Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado na Câmara dos Deputados agendou uma sessão para votar uma moção de solidariedade ao ex-presidente Jair Bolsonaro. Após ser comunicado da decisão de Motta, o presidente da Comissão de Segurança Pública, Paulo Bilynskyj (PL-SP), destacou que o recesso parlamentar decretado por Hugo Motta e pelo presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), não pode ser considerado oficial porque a Comissão Mista de Orçamento (CMO) ainda não definiu a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o próximo ano. A necessidade de aprovação da LDO para que haja o recesso no meio do ano está prevista no Artigo 7º do Regimento Comum do Congresso.

“O recesso parlamentar somente ocorre quando a LDO é



Lula Marques/Agência Brasil

Oposição criticou duramente Motta por sua decisão

votada. Essa votação ainda não aconteceu. Nós estamos em um recesso branco. Durante esse período é possível a convocação das reuniões nas comissões”, reiterou o parlamentar.

## Alternativas

O presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara, deputado Filipe Barros (PL-PR), destacou que, mesmo com o recesso parlamentar, esses parlamentares da oposição continuarão se reunindo para discutir alternativas no Congresso Nacional para defender o ex-presidente e temas relacionados – como o projeto que concede anistia aos presos envolvidos nos atos antidemocráticos contra as sedes dos Três Poderes em 8 de janeiro de 2023 e a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 333/2017, que extingue o foro especial por prerrogativa de função em casos de crime comum.

Na sessão, o líder do PL na Câmara, deputados Sóstenes Cavalcante (RJ), classificou a decisão de Motta como “antiregimental e ilegal” porque Hugo Motta e o primeiro vice-presidente da Câmara dos Deputados, Altineu Côrtes (PL-RJ), estão fora do Brasil, e portanto, segundo Sóstenes eles deveriam “se submeter ao então presidente em exercício” da Casa, deputado Elmar Nascimento (União Brasil-BA).

“A censura chegou começando pela caneta do ministro Alexandre de Moraes. A censura continua numa decisão ilegal e antiregimental. Me sinto amordaçado numa Casa que deveria ser do povo”, disse o líder do PL.

Diante disso, a comissão aprovou uma moção de louvor ao ex-presidente Jair Bolsonaro.

Porém, a decisão não é considerada legal, visto que a sessão ocorreu fora dos termos regimentais e não foi, portanto, oficial.

## Centrão

As reuniões dos parlamentares aliados a Jair Bolsonaro contaram com a presença de 57 parlamentares da oposição (55 deputados federais e dois senadores). Apesar do número ser baixo em comparação aos 513 deputados federais, é o suficiente para formar o quórum necessário para votações nas comissões (25 deputados). Nos bastidores, circula que Hugo Motta tentou negociar uma pausa nas comissões, sem sucesso, e então publicou o documento vetando as reuniões. Com isso, levanta-se o questionamento se o Centrão, grupo ao qual Motta é vinculado, estaria buscando se desvincular de Jair Bolsonaro.

Contudo, ao Correio da Manhã, o cientista político Elias Tavares avalia que “o Centrão não está nem colado, nem descolado de Jair Bolsonaro”.

“Ele é, antes de tudo, o próprio centro gravitacional do Congresso: pragmático”.

# PF investiga segundo suplente de Davi Alcolumbre

Por Karoline Cavalcante

Em operação deflagrada nesta terça-feira (22) pela Polícia Federal (PF) em conjunto com a Controladoria-Geral da União (CGU), o empresário Breno Chaves Pinto — segundo suplente do presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP) — tornou-se um dos principais alvos de um suposto esquema criminoso de direcionamento de licitações e desvio de recursos públicos federais vinculados a contratos de manutenção e recuperação da rodovia BR-156, no Amapá.

Natural de Imperatriz (MA), Breno, de 38 anos, é sócio da empreiteira LB Construções, uma das empresas que teriam sido beneficiadas por contratos com a Superintendência Regional do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes no Amapá (DNIT/AP). De acordo com a PF, as investigações — batizadas de Operação Route 156 — apontam para a existência de uma organização criminosa estruturada no âmbito do DNIT/AP. O grupo teria fraudado o caráter competitivo de pelo menos quatro pregões eletrônicos, que somam mais de R\$ 60 milhões em contratos.

## Investigações

Ao todo, foram cumpridos 11 mandados de busca e apreensão expedidos pela 4ª Vara Federal da Seção Judiciária



Jefferson Rudy/Agência Senado

Alcolumbre nega envolvimento com o caso

ria do Amapá. As ordens foram executadas em seis endereços no Amapá, três em Minas Gerais, um no Mato Grosso do Sul e um no Amazonas. A Justiça também determinou o afastamento cautelar, por dez dias, do superintendente do DNIT no estado, Marcello Vieira Linhares, e de uma servidora, ambos suspeitos de envolvimento direto no esquema.

Durante as diligências em Nova Lima (MG), a PF apreendeu três veículos da marca Porsche, além de 13 quadros atribuídos a artistas como Guignard e Portinari, joias e relógios de luxo. Já em uma das

buscas realizadas em Macapá, foram encontradas três pistolas, um fuzil calibre .556 e aproximadamente 250 munições. O investigado, que possui registro de Colecionador, Atirador e Caçador (CAC), deverá ter o certificado cassado.

A Justiça também ordenou o bloqueio judicial de bens e valores dos investigados, no total de R\$ 8 milhões — montante que, segundo os investigadores, corresponde a saques em espécie e movimentações financeiras consideradas atípicas.

Os envolvidos poderão responder, na medida de suas participações, pelos crimes de

fraude à licitação, organização criminosa, prevaricação, violação de sigilo funcional, tráfico de influência e lavagem de dinheiro.

## Alcolumbre

O DNIT, por sua vez, declarou que suas instâncias de integridade estão apurando os fatos e que adotará as medidas administrativas cabíveis. “O Departamento repudia qualquer prática fraudulenta ou ato de corrupção e conta com uma Política Antifraude e Anticorrupção que, entre outros aspectos, deixa clara essa premissa. O DNIT está em permanente contato com os órgãos de controle e reafirma que pauta sua atuação dentro da legalidade e lisura, respeitando todos os princípios éticos da administração pública”, informou, em nota oficial.

Apesar da proximidade entre o investigado e o presidente do Senado, o Ministério Público Federal (MPF) não identificou indícios de envolvimento de Alcolumbre no caso. Em nota à imprensa, o senador negou qualquer vínculo com as empresas mencionadas na investigação ou com a atuação de seu suplente. “Alcolumbre reitera seu respeito às instituições e entende que todos os envolvidos devem prestar os devidos esclarecimentos à Justiça, respeitado o devido processo legal”, afirmou por meio de sua assessoria.

## CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA



Marcelo Camargo/Agência Brasil

Romeu Zema diz ter aval de Jair Bolsonaro

## Cansados de esperar, governadores se lançam

O lançamento da pré-candidatura de Romeu Zema (Novo) à Presidência da República reforça que a direita decidiu não esperar por uma definição de Jair Bolsonaro e de Tarcísio de Freitas, governador de São Paulo (Republicanos).

Ao anunciar o evento, a ser realizado no dia 16, o governador de Minas imita o gesto do colega de Goiás, Ronaldo Caiado

(União Brasil) e trata de ocupar espaços.

Zema diz ter autorização do ex-presidente para se lançar candidato. No PL, o jogo faz sentido, apesar da insistência de Bolsonaro, ilegível, em dizer que participará da disputa.

A busca de apoio do voto mais radical tende a aumentar a solidariedade dos pré-candidatos ao ex-capitão, ameaçado de ser condenado e preso.

## Rede

Como ressalta um bolsonarista: Tarcísio, Zema, Caiado e o governador do Pará, Ratinho Júnior (PSD) — outro que quer a Presidência — são de partidos diferentes, o que, em tese, fortalece a frente de solidariedade a Bolsonaro e enfraquece o respaldo a Lula.

## Dono de votos

Ao permitir as candidaturas e ao não se comprometer com nenhuma delas, Bolsonaro fica também em posição favorável para negociar seu apoio. Este respaldo seria condicionado à colocação da mulher, Michele, ou de um filho na vaga de vice-presidente.



Rosinei Coutinho/STF

Fux citou americano: risco de “informações nocivas”

## Fux já defendeu relativização da liberdade de imprensa

O ministro Luiz Fux, que esta semana classificou a liberdade de expressão de “cláusula pétrea”, defendeu, em 2018, a “relativização excepcional da liberdade de imprensa”.

Ao cassar uma decisão do então colega Ricardo Lewandowski, que autorizara uma entrevista do então ex-presidente Lula (que estava preso em

Curitiba), Fux citou o jurista norte-americano Richard Posner.

Ao justificar a proibição da entrevista à Folha de S. Paulo, Fux afirmou que Posner “já defendia a necessidade de regulação da liberdade de expressão, sempre que remediar de forma eficiente os riscos de divulgação de informações nocivas”.

## Censura

Mas, na última segunda, ao votar contra as sanções aplicadas a Jair Bolsonaro — que incluem restrição de uso de redes sociais —, Fux adotou a defesa irrestrita da liberdade de expressão. Em seu voto, chegou a citar o ex-colega Celso de Mello, que falou em “censura estatal”.

## Votos de Mello

Ressaltou que, em casos que tratavam de proibição ou remoção de conteúdos, Mello fez defesas enfáticas da liberdade. Para o então ministro, magistrados não poderiam adotar “prática judicial inibitória (...) da liberdade constitucional de expressão e de comunicação”.

## Banimento

Em trechos não citados por Fux, Mello foi mais contundente. Para ele, “toda e qualquer decisão que determine recolhimento ou impedimento de publicação de material jornalístico constitui censura”. Frisou que a censura “foi banida do ordenamento jurídico brasileiro”.

## Novo pediu

Em setembro de 2018, na condição de presidente em exercício do STF, Fux proibiu a divulgação da entrevista com Lula mesmo que ela já tivesse sido feita. Ele atendeu a um pedido do Novo: para o partido, a publicação poderia interferir na eleição presidencial.